

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Grupo de Trabalho – Resolução da Assembleia da República n.º 87/2014

Relatório da Audição n.º [4-XII](#)

Dia: 6 de janeiro de 2014

ENTIDADE: Associação para o Planeamento da Família

ASSUNTO: *Resolução da Assembleia da República n.º 87/2014, de 29 de outubro –
Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade*

Recebido pelos Senhores Deputados:

- Elsa Cordeiro (PSD), Coordenadora do Grupo de Trabalho;
- Lídia Bulcão (PSD);
- Catarina Marcelino (PS);
- Ivo Oliveira (PS);
- Vera Rodrigues (CDS-PP);
- Paulo Sá (PCP).

[a audição realizou-se conjuntamente com as Comissões de Educação, Ciência e Cultura e de Saúde]

Enquadramento da audição:

Dando seguimento à [Resolução da Assembleia da República n.º 87/2014, de 29 de outubro](#) - *Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade*, deliberou a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública nomear como relatora a Senhora Deputada Elsa Cordeiro (PSD) e constituir um Grupo de Trabalho¹ para concretizar um conjunto de audições, atentas as competências específicas da Comissão.

¹ A composição e as atividades desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho podem ser consultadas na página internet: www.parlamento.pt/sites/COM/XIILEG/5COFAP/GTResAR872014/Paginas/default.aspx.



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Grupo de Trabalho – Resolução da Assembleia da República n.º 87/2014

Nestes termos, recorda-se o teor da Resolução tal como publicada em Diário da República:

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Resolução da Assembleia da República n.º 87/2014

Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade

A Assembleia da República resolve, nos termos do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, recomendar que as comissões parlamentares permanentes, no prazo de 90 dias, apresentem relatórios que integrem orientações estratégicas, bem como uma definição de medidas setoriais concretas, promovendo, se possível, um quadro de compromisso que envolva as forças políticas representadas no Parlamento, com vista à adoção de políticas públicas para a promoção da natalidade, a proteção das crianças e o apoio às famílias.

Aprovada em 16 de outubro de 2014.

A Presidente da Assembleia da República, *Maria da Assunção A. Esteves*.

Com a concretização das audições, a COFAP pretende, no âmbito das suas competências, recolher contributos, sugestões, propostas com vista à preparação de contributos para a adoção de políticas públicas nos termos referidos na supracitada Resolução, num contexto de sustentabilidade das finanças públicas.

Síntese das questões abordadas pela entidade:

A Senhora Deputada Carla Rodrigues (PSD), relatora da Comissão Saúde, que presidiu à reunião, enquadrou a audição, após o que deu a palavra aos representantes da Associação para o Planeamento da Família, que fizeram apresentações no âmbito da intervenção inicial.

A delegação da Associação para o Planeamento da Família, sobre o assunto em discussão, deu nota do impacto, no que concerne a evolução da natalidade, das condições de vida e dos apoios públicos – estes últimos em particular se

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Grupo de Trabalho – Resolução da Assembleia da República n.º 87/2014

considerados, do ponto de vista pecuniário, ao longo de toda a infância (e não dos métodos contraceptivos ou da interrupção voluntária da gravidez). A delegação da Associação para o Planeamento da Família defendeu que mais do que a melhoria das condições de vida, do acesso ao mercado de trabalho, são necessárias políticas públicas de apoio à natalidade e à parentalidade, dando como exemplo o desenvolvimento da procriação medicamente assistida.

Comentários e questões colocadas pelas Senhoras e Senhores Deputados:

Em sede de debate, começou por intervir a Senhora Deputada Nilza de Sena (PSD), que recordou, no contexto do debate sobre o impacto da crise na redução da natalidade, que esta diminuição se vem verificando há décadas, com um conjunto de causas que vão além da crise. A Senhora Deputada constatou ainda, perante a exposição da Associação, que se é residual o número de mulheres sem filhos, então o principal problema em Portugal reside na passagem de 1 para 2 filhos. Por fim, solicitou comentários às recomendações constantes do relatório² do Grupo de Trabalho liderado pelo Professor Joaquim Azevedo, e quais os contributos que a Associação poderia apresentar.

O Senhor Deputado António Cardoso (PS), por seu turno, sublinhou o papel da comunidade educativa/escolar como fator com influência na natalidade, questionando a Associação nesta matéria, bem como sobre o papel do Serviço Nacional de Saúde e o seu impacto na natalidade.

De seguida, interveio o Senhor Deputado Paulo Almeida (CDS-PP), que sublinhou o papel da disponibilização de informação para a tomada de decisões bem fundamentadas (nomeadamente no caso da PMA), colocando questões quanto ao papel dos avós no âmbito do debate sobre a natalidade e o planeamento familiar.

² Cf. *“Por um Portugal amigo das crianças, das famílias e da natalidade (2015-2035) – Remover os obstáculos à natalidade desejada”*, Relatório final da Comissão para a Política da Natalidade em Portugal, Instituto Francisco Sá Carneiro.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Grupo de Trabalho – Resolução da Assembleia da República n.º 87/2014

Por fim, usou da palavra a Senhora Deputada Diana Ferreira, em representação do PCP, defendendo o contributo da crise para a redução da natalidade, nomeadamente pelo aumento do desemprego, a instabilidade e precariedade associadas às condições de vida, que levam as famílias a adiar a decisão de ter (mais) filhos. Defendeu um sistema educativo que responda às necessidades das famílias e a regulação dos horários de trabalho para uma melhor conciliação com a vida familiar. Subscreveu as preocupações manifestadas com a redução dos apoios sociais, acrescentando a apreensão com o défice demográfico, agravado com a emigração dos jovens.

No seguimento das intervenções dos Grupos Parlamentares, a Associação para o Planeamento da Família usou novamente da palavra, em comentário às questões suscitadas, tendo apresentado as propostas abaixo referidas.

Propostas concretas apresentadas pela entidade:

- **De outra natureza**
 - Promoção de uma maior disponibilização de (in)formação, para permitir a tomada de decisões bem fundamentadas, nomeadamente no contexto da decisão das famílias de ter um filho, e na deteção precoce de infertilidade.

A Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) agradeceu as informações e esclarecimentos prestados pela delegação da Associação para o Planeamento da Família, após o que encerrou a reunião.



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Grupo de Trabalho – Resolução da Assembleia da República n.º 87/2014

Diversas informações sobre a [audição](#), nomeadamente a gravação, podem ser encontradas na página internet do Grupo de Trabalho.

Palácio de São Bento, 6 de janeiro de 2015

A Coordenadora do Grupo de Trabalho

Elsa Cordeiro